

Parte integrante da obra “Pedagogia Jurídica”, de Sergio Rodrigo Martinez (Curitiba: Editora Juruá, 2002). Acessada em www.ensinojuridico.com.br. Portal JUSSapiens – Educação e Conhecimento Jurídico.

INTRODUÇÃO

Analisar aspectos da obra de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, sob a ótica do ensino jurídico é a tarefa desta obra apresentada anteriormente como monografia de conclusão do curso de Especialização em Metodologia da Ação Docente da Universidade Estadual de Londrina.

Mesmo após mais de três décadas de sua criação, a obra *Pedagogia do Oprimido* ainda se revela de necessária leitura a todos os militantes da área acadêmica, sejam professores, coordenadores de atividades pedagógicas ou especialistas em políticas educacionais.

Sua aplicação e atualidade no ensino jurídico são justificadas pelo forte apego à dominação presente no Direito. Dominação no sentido de imposição de normas jurídicas muitas vezes não representativas da vontade da maioria da população, mas da vontade de uma minoria interna ou externa, controladora do poder em nome de um sistema de economia de mercado com sérios problemas estruturais.

A dominação presente no Direito é repassada aos alunos no ensino jurídico com autoridade pelos professores que, mesmo sendo também oprimidos pela estrutura exposta, acabam por atuar em seu favor, impondo seu saber sobre as regras jurídicas de forma inquestionável aos alunos, modelando-os para serem operadores condizentes com a manutenção do sistema. Assim, o “ensino jurídico de graduação no Brasil contemporâneo é o ensino desse direito em crise.”¹

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Ensino jurídico e direito alternativo. p.92.

Parte integrante da obra “Pedagogia Jurídica”, de Sergio Rodrigo Martinez (Curitiba: Editora Juruá, 2002). Acessada em www.ensinojuridico.com.br. Portal JUSsapiens – Educação e Conhecimento Jurídico.

Nesse sentido, o problema aqui enfrentado é demonstrar, pela análise de aspectos da obra Pedagogia do Oprimido, juntamente com o pensamento atual de outros estudiosos do assunto, caminhos de ação e reflexão. Anotações sobre uma práxis acadêmica mais democrática para o ensino jurídico, com vistas em formar operadores do Direito com responsabilidade social, questionadores da ordem jurídica imposta em favor dos interesses da maioria da população.

A obra compreende seis planos teóricos interdependentes, tendo, ao final, conclusões que os unem. Inicia-se pelos aspectos conceituais e vai se desenvolvendo por meio de um diálogo entre o ensino jurídico e os marcos dialógicos propostos por FREIRE.

Nos Anexos, há a descrição em forma de ensaio de uma experiência prática realizada com vistas a embasar as percepções teóricas aqui dispostas em análise, além das propostas da Secretaria da Educação Superior para a criação das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Direito, cuja abordagem também é feita no texto a seguir.